

DPF apura se assessor de

JORNAL DO BRASIL

Brizola agrediu Sarney

O Departamento de Polícia Federal está investigando se Danilo Groff, que é muito ligado ao ex-governador Leonel Brizola, de cuja assessoria técnica foi chefe no Palácio Guanabara, participou das agressões ao presidente Sarney, na última quinta-feira, diante do Paço Imperial, na Praça 15. Uma fonte da Polícia Federal informou que ontem foi recebida uma denúncia formal contra Danilo, que confirmou ter estado no local da manifestação, como coordenador do comitê pró-diretas.

O superintendente de Polícia Federal no Rio, Fábio Calheiros, negou-se a informar, entretanto, se Danilo é exatamente um dos três manifestantes já identificados desde sexta-feira. Ele disse que a Polícia Federal prefere primeiro se certificar de que os suspeitos estão realmente envolvidos e prometeu para amanhã à tarde a divulgação dos nomes dos que agrediram o presidente da República.

Licenciado — Danilo Groff, gaúcho, é bioquímico licenciado por problemas psiquiátricos do Instituto Médico Legal de Porto Alegre e colocado à disposição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi muito amigo da família de João Goulart, até denunciar que ele morreu não de enfarte mas por envenenamento, o que lhe valeu um processo. Esteve sempre muito ligado a Leonel Brizola.

Quando Brizola assumiu o governo do Rio, era o funcionário que abria e fechava a porta do gabinete do governador para os visitantes. É conhecido dos que trabalharam no palácio nesse período o episódio em que, durante reunião com um grupo de estudantes, irritou-se, sacou de um revólver e ameaçou atirar. Embora nunca lhe tivessem sido dadas tarefas de grande responsabilidade no governo, tem muito trânsito entre as pessoas mais influentes do PDT e as mais próximas de Brizola.

Na coordenação do comitê pró-diretas, tem atuação considerada sectária. Foi um dos que se empenharam para o veto à participação de Fernando Gabeira num comício pelas diretas que acabou não se realizando no início de junho.

Prioridade — De acordo com Fábio Calheiros, o delegado Carlos Mandim de Oliveira, do DOPS, está presidindo as investigações e recebendo todo apoio de seus superiores e recursos técnicos necessários para reunir provas contra os agressores. Ele afirmou que a conclusão do inquérito tem prioridade sobre os demais casos que a Polícia Federal está investigando.

O assessor de Comunicação Social da Polícia Federal, Geovani Borges de Azevedo, informou na sexta-feira que a identificação de três manifestantes foi possível até agora através da comparação de fotos publicadas em jornais com as que a polícia mantém arquivadas na Delegacia de Ordem Política e Social, desde a época do regime militar.

A divulgação oficial dos nomes dos suspeitos será feita por Carlos Mandim, que, segundo o superintendente, vai passar todo o final de semana examinando fotos e tapes de TV da cobertura da manifestação. Imediatamente após a identificação de cada um, agentes federais se incumbem de descobrir os respectivos endereços, para que possam ser intimados a prestar depoimentos no inquérito.

□ Um dia depois dos incidentes ocorridos no Rio, quinta-feira, o presidente José Sarney telefonou para o governador de Brasília, José Aparecido, pedindo-lhe para que ele o representasse na cerimônia de casamento da filha de um amigo de ambos, o ex-deputado federal pela extinta UDN, Ferro Costa.

O casamento realizou-se ontem, no Mosteiro de São Bento, onde Ferro Costa exibiu um telegrama do presidente — mas não mostrou a data — que teria sido enviado há uma semana, cumprimentando-o e se excusando pelo não comparecimento. Disse também que Sarney lhe enviara uma carta — que não exibiu — e que a vinda de José Aparecido "já estava confirmada há vários dias".

Sarney não está ferido

BRASÍLIA — O presidente José Sarney não sofreu qualquer ferimento nos incidentes da última quinta-feira no Rio, apesar de atingido por estilhaços do vidro do ônibus em que viajava. Mas seu secretário particular, Jorge Murad, e o presidente da Radiobrás, Antônio Martins, feridos no episódio, serão submetidos a exame de corpo de delito no início desta semana.

A suspeita de que o presidente tivesse sofrido um corte na mão esquerda levou o porta-voz da Presidência, Frota Neto, a tirar a prova pessoalmente, na companhia do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. No final da tarde de sexta-feira, os dois entraram no gabinete presidencial. "Presidente, estão dizendo que o senhor se feriu", começou Frota. Sarney estendeu a mão e respondeu: "Veja você mesmo". O porta-voz e o ministro constataram não ter havido dano.

A nota sobre os incidentes divulgada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos diz, no seu item 13, que "as vítimas de ação delituosa, que sofreram lesões corporais, ainda que mínimas, deverão submeter-se, por imposição legal, a exame de corpo de delito, a fim de que se positivem pericialmente os vestígios deixados pela prá-

tica do crime". Os responsáveis por estas lesões também serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional, segundo a nota.

O inquérito da Polícia Federal, presidido pelo delegado Carlos Mandim de Oliveira — chefe do Dops do Rio — começará amanhã com uma perícia no ônibus que transportava a comitiva presidencial. O ônibus, da agência turística Sol Tropical, está "acautelado" numa garagem na DPF no Rio.

A etapa seguinte, segundo Paulo Marra, o assessor de imprensa da Polícia Federal em Brasília, será a verificação das fotografias e fitas gravadas dos incidentes. Os responsáveis pelas pedradas e golpes de picareta no ônibus serão identificados, prestarão depoimento e seus nomes depois serão encaminhados à Justiça Militar. O delegado Mandim de Oliveira tem 20 dias para concluir seu inquérito — a LSN tem um rito especial — renovável por mais 20 dias.



Saulo Ramos

Saulo justifica LSN

Para justificar a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os autores do atentado ao presidente José Sarney, o governo está alegando que o motivo do incidente foi o "inconformismo político-social". Dessa forma, a Consultoria-Geral da República conseguiu o apoio jurídico de que precisava: no texto da própria LSN prevê-se a sua aplicação para crimes enquadrados no Código Penal — como foi o caso — dependendo da "motivação e objetivos do agente".

Na avaliação do governo, não há dúvidas de que os manifestantes do Rio agiram por inconformismo político-social. A caracterização seria a conduta de alguns que usavam megafones estimulando a ação violenta de um grupo de

peças contra o presidente da República e sua comitiva. Todos eles estão sujeitos às penalidades após os fatos terem sido apurados pela Polícia Federal. E mais: durante as investigações, a autoridade policial poderá manter o indiciado preso ou custodiado, para averiguação, pelo prazo de 15 dias, os quais poderão ser prorrogados e este ficará incomunicável por cinco dias.

Ontem, o procurador-geral da República preparou uma longa justificativa jurídica para esclarecer as razões que levaram o governo a aplicar uma das mais condenadas leis — a de Segurança Nacional — pelo seu autoritarismo. O outro argumento apresentado por Saulo Ramos é o de que cabe à LSN a preservação física do chefe de Estado.

Deputado rebate argumento

"Isso me parece de um saudosismo que não deveria existir em um membro de um governo que se pretende democrático", criticou o advogado e deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), ao referir-se à atitude do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que está procurando justificativas jurídicas para a decisão do governo de aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os agressores do presidente José Sarney, na última quinta-feira, no Rio.

Na opinião do parlamentar, a LSN deveria ser posta em desuso enquanto não fosse revogada e, em nenhum caso,

justificaria a sua aplicação. "O que se tem que fazer é apurar a autoria da agressão", afirmou. "Se ocorresse, iam bater nos mesmos setores que participaram de atentados como os do Riocentro e o badernaço de Brasília".

Sigmaringa não acredita que os organizadores da manifestação sejam ligados à CUT ou ao PDT, como vêm acusando alguns setores do governo. Ele acha que houve infiltração no movimento, assim como aconteceu no protesto contra o Cruzado II, em Brasília, em dezembro do ano passado.

Para Richa, políticos falham durante a crise

CURITIBA — O senador José Richa (PMDB-PR) criticou a omissão dos políticos no momento de crise em que vive o país, atribuindo tal fato ao Congresso Constituinte. "Se tivéssemos um corpo constituinte exclusivo, teríamos um parlamento atuando nesta crise. Hoje os parlamentares estão dando prioridade ao futuro e não ao conjuntural — afirmou o senador, um constante defensor da eleição de uma Constituinte exclusiva.

O comentário de Richa foi feito a propósito dos incidentes de quinta-feira, no Rio, envolvendo o presidente Sarney. O senador condenou a violência dos manifestantes mas disse que existem mecanismos, através da legislação penal, para puni-los e não como se pretende fazer, através da aplicação da Lei de Segurança Nacional.

Arbitrio — José Richa responsabilizou os 21 anos de arbitrio para justificar a inexistência dos políticos brasileiros, afirmando: "Só através de uma vivência política maior será possível criar um sistema democrático no país". Segundo ainda o senador paranaense, "nós, os políticos, tínhamos que ter competência para encontrar um caminho seguro. Precisamos pagar o preço do nosso aprendizado".

Richa entende que pela legislação penal, qualquer cidadão poderia punir os manifestantes violentos. E admite que a manifestação de protesto é legítima e um resultado do processo democrático, mas o que ocorreu quinta-feira no Rio "foi um desserviço à Nação".